

## **A RELEVÂNCIA DAS DÉCADAS DE 1940/50 NO PROCESSO DE INCLUSÃO, EXPANSÃO E FETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

Maria da Vitória Gomes Costa<sup>1</sup>; Débora Kelly Pereira de Araújo<sup>2</sup>; Michelle Alves de Souza  
Costa<sup>3</sup> Taynara Ferreira da Silva Galdino<sup>4</sup>

*Universidade Estadual da Paraíba – mvtoriagomes@gmail.com*

Este artigo se propõe apresentar o processo de surgimento e criação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a EJA. A princípio a idéia foi formatar uma pesquisa histórica da Educação de Jovens e Adultos, porém no decorrer do trabalho foi surgindo além da história o trabalho para formação e atuação de diversos agentes, instituições e governos na constituição da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Onde dá para perceber uma participação muito maior da sociedade na formação da Educação de Jovens e Adultos, diferente do que ocorreu no ensino regular no Brasil. Quando falamos de Educação de Jovens e Adultos no Brasil parece ser uma coisa tão contemporânea, mas na verdade o processo educativo no Brasil, nunca foi tão difícil de formar como a proposta para Educação de Jovens e Adultos. Embora muito se tenha trabalhado para se organizar o Ensino de Jovens e Adultos, o que se obteve hoje, ela foi uma experiência espelho, daquilo que se estava propondo, a cada mudança que ocorria no sistema educacional brasileiro. Não existiam propostas de aprofundamento sobre a parte social ou ainda quanto à capacidade cognitiva dos sujeitos envolvidos no processo e como eles construíram o seu conhecimento. Neste trabalho a proposta é apresentar a importância da Educação de Jovens e Adultos para a inserção social e a sua relevância de processos ligados a programas de Educação Popular, que vinham sendo aplicados desde as décadas de 40 e 50. Referenciamos-nos, portanto, muito em Paulo Freire, que afirmava que essa educação deveria acontecer de forma crítica e reflexiva, inserindo os indivíduos em todo o processo, onde faria sua própria autocrítica, independentemente de suas condições.

**Palavras-chave:** Educação, Jovens, Adultos, Formação, História, Brasil.

### **INTRODUÇÃO**

Embora se fale que na Educação de Jovens e Adultos no Brasil, o seu sistema hoje é muito grande e ele se mostra uma balança afinada, pois em diversos momentos da aplicação pedagógica, ele apresentou pontos que compensam o tamanho do sistema. Mas como veremos que a EJA foi criada, também, a partir de erros e de inadequação de currículos, métodos e

---

<sup>1</sup> Graduanda em licenciatura em pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba e pesquisadora no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

<sup>2</sup> Graduanda em licenciatura em pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba.

<sup>3</sup> Graduanda em licenciatura em Química pela Universidade Estadual da Paraíba.

<sup>4</sup> Graduanda em licenciatura em pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba.

materiais didáticos, que embora sejam difíceis de admitir, ainda persistem, em muitos locais de aprendizagem, possuem suas características locais.

Porém a Educação de Jovens e Adultos nunca veio no início da formação do Brasil. Mas ela veio logo após a Educação Jesuítica, que era apenas para formação indígena e catequista da Igreja Católica, mas passou por vários momentos de grande significado político-social, para sua organização e se mostrou, até hoje, um sistema resistente e forte.

Mas foi realmente só a partir dos anos 40, que a Educação de Jovens e Adultos passou a se formar e ser tratada como um “sistema diferenciado e significativo” para a educação brasileira. E desde aquela época, vem se mostrando como sistema apto a melhorar dia-a-dia. Sua política educacional não nasceu apenas no gabinete, foi a defasagem educacional e a implantação das indústrias no Brasil, na política de Getúlio Vargas, junto com a própria população brasileira, que causou a implantação de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos.

Na década de 1940/50 o analfabetismo gerava pobreza e marginalismo. O adulto analfabeto era incapaz ou menos capaz que o indivíduo alfabetizado, não podia votar ou ser votado. O analfabeto padeceria de “menoridade econômica, política e jurídica”. O fim do estado novo trouxe ao país um processo de redemocratização e a necessidade de aumento da quantidade de eleitores. Historicamente, as campanhas de alfabetização promovidas pelo governo federal surgiram no Brasil com propostas de redução dos elevados índices de analfabetismo que passaram a incomodar os diferentes níveis de governos, desde os anos 30, quando tiveram início os acelerados processos de industrialização e urbanização do país. Os elevados índices de reprovação, especialmente nas áreas rurais. Problemas como a pobreza do aluno, que necessitava começar a trabalhar já na infância para ajudar no sustento da família.

Desse modo à evasão da escola, era uma das consequências de problemas sociais mais amplos e de profundas raízes no Brasil. Foi então que nas campanhas oficiais de alfabetização, os milhares de pessoas que não tiveram acesso ou condições de permanecer nos bancos escolares encontraram uma oportunidade de ter acesso ao aprendizado da leitura e escrita. Nesse sentido, constata-se que a educação de adultos esteve ligada diretamente à oferta insuficiente de vagas ou à baixa qualidade do ensino elementar. As mesmas eram em prol da educação de adolescentes e adultos

analfabetos, propondo medidas praticas a ampliação dos serviços supletivos existentes.

Sendo assim, o objetivo desse estudo é discutir sobre a importância das décadas de 40 e 50 para a expansão e efetivação da educação de jovens e adultos no Brasil bem como o compromisso com a inclusão das pessoas marginalizadas por uma sociedade que usa o “status” de alfabetizada para excluir o indivíduo que tem uma realidade diferente da sua. Não deixando de debater a cerca das campanhas contra o analfabetismo, suas conquistas e também “fracassos”, assim também como nomes de grandes defensores da educação de jovens e adultos como o do patrono da educação brasileira, Paulo Freire.

## **DESCRIÇÃO METODOLÓGICA**

O estudo assentou-se em princípios de análise em pesquisas bibliográficas e sistematização dos dados com relação de conteúdos e elaboração de argumentos.

Tivemos como aportes centrais as teorias de OLIVEIRA (2011), FREITAS (2009), LEITE (1996), BOCCATO (2006) e PAULO FREIRE, todos com contribuições importantíssimas para a realização e concretização do modelo de pesquisa acima citado.

Portanto, Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes. Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266),

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

A revisão de literatura tem vários objetivos, entre os quais citamos: a) proporcionar um aprendizado sobre uma determinada área do conhecimento; b) facilitar a identificação e seleção dos métodos e técnicas a serem utilizados pelo pesquisador; c) oferecer subsídios para a redação da introdução e revisão da literatura e redação da discussão do trabalho científico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As campanhas pela erradicação do analfabetismo no Brasil foram promovidas pelo governo federal a fim de reduzir os altos números que incomodavam diferentes estâncias de governo desde a década de 1930, quando se deu o acelerado processo de urbanização e industrialização no país. As principais causas desses elevados índices de reprovação e evasão escolar, sobretudo em áreas rurais se davam principalmente pela condição financeira dos alunos, que na maioria das vezes era obrigado a abandonar os estudos para ingressar no mercado de trabalho já em sua infância para ajudar a sua família no sustento da casa. (OLIVEIRA, 2011)

Nas campanhas de alfabetização, essas pessoas que foram obrigadas a desistir dos estudos por inúmeras causas ou não tiveram oportunidade nem condições de permanência na escola, tiveram a oportunidade de retornar a escola para ter acesso ao conhecimento, à leitura e escrita.

Dentre as várias campanhas de erradicação do analfabetismo a primeira ficou conhecida como a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), criada como tentativa experimental de integrar a educação elementar comum e a educação de adultos. Mas que não funcionou, pois eram elevadíssimos os altos índices de professores sem formação para o magistério. Entretanto para amenizar essa questão, foi adotado o sistema de supervisão e difusão do ensino normal, em que viriam para capacitar esses possíveis professores.

Diante do fracasso de (CNEA), surgiu uma nova proposta, a Campanha De Educação De Adolescentes E Adultos (CEAA), em 1940. Primeira grande campanha que veio com o intuito de suprir o total fracasso da outra e articular estratégias para mobilizar os diversos setores da sociedade brasileira em prol da causa comum de acabar com o analfabetismo no Brasil. Apresentava como fundamento político a formação de novos contingentes eleitorais, todavia, sua ação contribuiu para a diminuição dos índices de analfabetismo no País, mesmo com as críticas no que diz respeito à falta de profundidade no ensino oferecido.

Com a falta de êxito da política passada teve a necessidade da criação de mais uma assistência, dessa vez criou-se a Campanha Nacional De Educação Rural (CNER) 1952-1955. Criada para atender a educação rural. Indicava o princípio da organização social das comunidades, com objetivo de estimular a entre - ajuda da população da zona rural, na busca de solução de problemas locais, bem como a consolidação do trabalho no campo. É nessa

época que começamos a conhecer um dos maiores pedagogos do país, Paulo Freire.

A proposta de educação de Paulo Freire aproxima a educação da realidade do aluno, buscando sempre estabelecer a aproximação entre a palavra mundo e a palavra escrita. Com relação ao conhecimento, Paulo Freire nos afirma que o homem constrói seu conhecimento a partir da relação permanente com o mundo que o rodeia e a ação do indivíduo nele. Freire parte do pressuposto do conhecimento como uma construção permanente, e sua proposta de alfabetização sugere um levantamento do universo vocabular dos alunos, ou seja, palavras que estejam presentes no cotidiano do alfabetizando. A contribuição de Paulo Freire para a educação é bastante significativa, afinal ela rompe com a ideia de alfabetização metódica e tecnicista e que na maioria das vezes forma analfabetos funcionais que sabem ler e escrever, mas que não compreendem ou não conseguem refletir acerca da significação e do sentido da palavra, com isso a perspectiva freireana objetiva uma alfabetização de indivíduos que leiam criticamente sua realidade, e o aluno como próprio sujeito do seu processo de alfabetização. As contribuições de Paulo Freire para a educação brasileira são indiscutíveis e tem como objetivo principal uma educação libertadora ajudando as massas populares a emergirem das situações de opressão e inércia para transformarem sua realidade

Paulo Freire será uma referência na Educação de Jovens e Adultos, pois ele apresentará essa educação pensada de forma diferente, onde o indivíduo no processo de aprendizagem tem uma educação e alfabetização de maneira crítica e dialogicamente. Suas idéias podem ser observadas no Plano Nacional de Alfabetização, que se destinava atender a maior parte da população analfabeta do país, mesmo que tenha surgido através de movimentos estudantis e também de entidade sindicais, que trabalharam para que o seu método fosse colocado na Educação de Jovens e Adultos, dentro do Ministério da Educação e aos poucos com seus resultados o programa gerou benefícios políticos e passou a ter maior apoio do governo como método principal.

Em 1955, com a política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, as campanhas tradicionais de educação de adultos se apresentaram inadequadas à nova conjuntura, em função da pouca eficiência na formação de mão de obra para a indústria. Ressalta-se que as campanhas de alfabetização de adultos praticamente desapareceram nesse período. Desse modo, em 1958, o presidente Juscelino Kubitschek convocou um Congresso de Educação de Adultos, no entanto, o evento acabou por priorizar os debates acerca da educação primária (FREITAS, 2009).

Foi então que O Movimento Brasileiro De Alfabetização Mobral surgiu com toda força no início dos anos 60. Previa atender um grande contingente da população num breve espaço de tempo, com abrangência em todo território nacional. O foco principal era eliminar gradativamente o analfabetismo de adultos (15 a 35 anos). O programa desenvolveu atividades de alfabetização tanto junto a grupos urbanos como em agrupamentos rurais. Tentou repassar todo um conjunto de ideias que sustentavam o projeto político do governo militar. Ele visou essencialmente à questão econômica e política para a manutenção do regime, com o intuito de promover o aumento e aceleração da produção, porém, inibiu avanços sociais mais amplos para a classe trabalhadora (LEITE, 1996, p.99). A campanha se limitou na tentativa de “preparar” o homem do campo para ser um cidadão “civilizado”. Campanha essa que também fracassou. As campanhas instituídas na década de 1940/50 e início dos anos 60 não se preocupavam de fato em erradicar o analfabetismo, mas sim fazer manobras em prol de formar mão de obra barata para o mercado de trabalho voraz que crescia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Significativos avanços foram alcançados na Educação de jovens e adultos, entretanto, ainda temos muitos pontos a serem melhorados e superados. Elencamos alguns pontos que em nossa concepção e a partir de algumas leituras sobre a EJA são desafios que precisam ser discutidos. O primeiro ponto é a questão da equidade, a Educação de jovens ainda é tida como inferior aos níveis da educação básica, até mesmo pelos docentes que lecionam nessa modalidade de ensino, pois na maioria das vezes enxergam os alunos como descomprometidos e limitados.

Outro ponto observado é sobre a permanência dos alunos na sala de aula, as pessoas que estão na EJA são as que foram excluídas da escola, ou abandonaram os estudos por dificuldades no seu contexto, ou para trabalhar e ajudar nas despesas de sua família, e mesmo assim, quando essas pessoas superam as dificuldades e resolvem voltar para a escola, elas não se encontram naquele ambiente, pois o sistema educativo e até mesmo os professores não oferecerem meios de permanência desses alunos e por vezes são excluídos novamente. Nesse sentido, é preciso ressignificar os modos de ensinar e aprender que estão sendo desenvolvidos nas instituições escolares, para isso, se faz necessário propor um currículo numa perspectiva que pense esta realidade e que seja inovador, pois esses sujeitos precisam construir conhecimentos a partir dos saberes locais, articulando-



os com o mundo global em que vivem, de forma contextualizada, sem que um saber sobreponha-se ao outro (REIS, 2011a).

Segundo Menezes e Araújo (2007, p. 42-43), contextualizar o currículo “implica estabelecer uma relação dinâmica, dialética e dialógica entre contexto histórico-social-político e cultural e o currículo como um todo, concebido como um processo em constante construção que se faz e se refaz”. Dessa forma, o currículo nesta perspectiva tem como propósito compreender que os sujeitos sociais do campo constroem conhecimentos a partir do seu contexto, sendo assim, os saberes locais e globais, as relações com o mundo, consigo mesmo e com o outro são aspectos considerados importantes quando pensados a partir da proposta de educação contextualizada.

Por fim, outro desafio posto é que mesmo com as importantes contribuições de Paulo Freire muitas vezes vemos que suas ideias não são trazidas para sala de aula, ou seja, não se observa a realidade de cada aluno, mas por vezes se padroniza toda a turma e não há essa valorização da realidade social de forma individual com isso os alunos não enxergam seu lugar na sala de aula e na escola. Precisamos de uma escola que aproxime o saber do aluno, que considere o conhecimento prévio do aluno, saber esse que não são adquiridos na escola, mas na sua vivência de mundo, precisamos de uma escola que ofereça meios de permanência e progressão, onde todos se sintam acolhidos e reconheçam seu lugar, não como um agente passivo, pelo contrário, se reconheça como próprio sujeito e protagonista do seu processo permanente de formação.

## **REFERÊNCIAS**

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

FREITAS, Marcos Cezar de. História Social da Educação no Brasil. São Paulo. Cortez, 2009.

LEITE, Sergio Celani. Urbanização do processo escolar rural. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia/MG, 1996.

MENEZES, Ana Célia.; ARAÚJO, Lucineide Martins. Currículo, Contextualização e Complexidade: espaço de interlocução de diferentes saberes. In: Caderno Multidisciplinar – Educação e Contexto do Semi-Árido Brasileiro:

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

**Currículo, Contextualização e Complexidade:** elementos para se pensar a escola no SemiÁrido. V.1 – Juazeiro/BA: Selo Editorial RESAB, 2007. p. 33-47.

OLIVEIRA, Romualdo L. Portela. Educação de Jovens e Adultos: o direito à educação. In: Mesa Redonda: Direitos Educativos e a EJA no Brasil. 16º Congresso de Leitura do Brasil – COLE, X Seminário de Educação de Jovens e Adultos. Campinas: UNICAMP, 11 a 13 de julho de 2007.

REIS, Edmerson dos Santos. Educação do Campo, Currículo e Contexto na Construção do Desenvolvimento Rural Sustentável. In: BATISTA, Maria do Socorro Xavier. (Org.). **Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas de Educação do Campo:** pesquisas e práticas educativas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011a. p. 275-301.